



# O papel do cooperativismo e da solidariedade para o desenvolvimento das lutas urbanas

## Reflexões a partir dos esforços do movimento dos sem-teto, no Centro do Rio de Janeiro

Eduardo Tomazine<sup>1</sup> – Paris, França

### Introdução

Se observarmos o mundo de hoje a partir de lentes críticas, e com vistas a sua transformação, deparamo-nos com um enigma, o qual pode ser apresentado da seguinte maneira: de um lado, o centro da acumulação e da gestão capitalistas está nas cidades (HARVEY, 2008)<sup>2</sup>. Ao mesmo tempo, a grande maioria da população mundial é urbana. No entanto, os movimentos sociais mais radicais e massificados têm seus loci de atuação e referência identitária fora da cidade, como os índios zapatistas, no México, e o movimento dos sem-terra, no Brasil. Diante dessa aparente contradição, ficam as seguintes perguntas: quais são os obstáculos para o surgimento, no meio urbano, de movimentos sociais tão expressivos, como os movimentos camponeses e indígenas? Além disso (e, sobretudo), o que pode ser feito para superar esses obstáculos? No presente texto, partimos de uma rápida análise dos esforços de uma fração do movimento dos sem-teto no Rio de Janeiro para tentar superar a sua situação de extrema vulnerabilidade econômica, recorrendo, inclusive, ao cooperativismo. Através da análise dos seus avanços e dificuldades, tentaremos encontrar subsídios que nos permitam esboçar algumas respostas para as questões levantadas logo acima.

### Lições a partir das ocupações do movimento dos sem-teto no Centro do Rio de Janeiro

O movimento dos sem-teto surge no Brasil a partir do final da década de 1990. O movimento dos sem-terra, com a sua experiência acumulada de duas décadas e a sua estratégia centrada na ocupação de terras improdutivas, serviu como inspiração (e até como apoio direto<sup>3</sup> [Cf. CASSAB, 2004 e SOUZA, 2006]) para militantes urbanos. Diante do contraste entre o imenso déficit habitacional e o número de imóveis ociosos nas cidades brasileiras<sup>4</sup> e da falta de uma política habitacional que atenda às camadas mais pobres da população, a ocupação dos imóveis ociosos tornou-se a solução lógica para a organização deste novo sujeito político. No Rio de Janeiro, segunda maior metrópole brasileira, um conjunto diversificado de militantes (de indivíduos filiados a partidos políticos até grupos libertários) se organizam, na metade da década de 2000, para realizar ocupações de edifícios no entorno do Centro da cidade, uma zona que passara por um longo processo de obsolescência e, por isso, concentra um grande número de imóveis deixados vazios. Em 2004, deram início à ocupação Chiquinha Gonzaga (que conta, atualmente, com 60 famílias). Em 2005, contando com a contribuição direta de alguns moradores mais engajados da referida ocupação, fazem a ocupação Zumbi dos Palmares (com 130 famílias atualmente); em 2006, organizaram uma nova ocupação, a Quilombo das Guerreiras (com aproximadamente 50 famílias hoje), e, em 2008, foi a vez da ocupação Machado de Assis (cujo número atual de famílias nos é desconhecido). Estas ocupações, organizadas de maneira autogestionária através dos “Coletivos” (nome dado às Assembléias Gerais das ocupações, onde todos têm igual direito a participação e à tomada de decisões), e graças à teia de interações estabelecida entre os seus moradores e apoiadores, constituem-se como a fração mais representativa do movimento dos sem-teto, apesar de não estar filiada a qualquer organização específica

Mas quem são os moradores destas ocupações de sem-teto? Na sua grande maioria, eles são provenientes de dois espaços distintos. Parte deles vem das áreas periféricas da metrópole, tendo ido residir no Centro em busca de maior acessibilidade às fontes de geração de renda e aos equipamentos públicos de consumo coletivo que a sua localização propicia. Outra parte vem das favelas, e um dos motivos mais importantes para terem ido residir nas ocupações é o anseio de escapar à violência imposta pelas quadrilhas de narcotraficantes, pelos grupos mafiosos e pelo terror da polícia. Todos passaram, portanto, por um processo de «desterritorialização» imposto, principalmente, pela agudização dos problemas vividos em seus locais de origem. Soma-se, portanto, à perda de raízes da população citadina provocada pelo histórico processo de migração do campo para a cidade a desterritorialização ocorrida dentro da própria cidade.

No aspecto econômico, a maior parte dos moradores das quatro ocupações retratadas no filme tem como fonte de renda o trabalho informal realizado, em geral, na rua (são catadores de material para reciclagem, vendedores de rua, prestadores de pequenos serviços etc.). Pouquíssimos estão inseridos no circuito formal de assalariamento, tendo muito poucas perspectivas de serem absorvidos por ele. São, portanto, trabalhadores mais do que precários. Para usar um conceito cunhado por um intelectual crítico que se dedica à análise dos movimentos sociais, eles são trabalhadores “hiperprecários” (SOUZA, 2008), expostos a uma situação de extrema vulnerabilidade, na qual o sustento familiar é conseguido, praticamente, a cada dia.

Hiperprecarização e desterritorialização: são esses dois importantes processos pelos quais passaram os sem-teto das quatro ocupações destacadas aqui, mas são também processos característicos da vida de uma parcela cada vez mais significativa da população urbana mundial. A implicação política desses processos é a perda de duas das principais referências identitárias dos ativismos e movimentos sociais urbanos: a consciência de classe e a identidade local<sup>5</sup>. Podemos dizer, pois, que esses dois elementos característicos de uma parcela cada vez maior dos cidadãos, a saber, a grande vulnerabilidade econômica e a crise identitária são, talvez, duas das principais razões pela ausência atual do protagonismo dos movimentos urbanos nas lutas anti-sistêmicas contemporâneas. Sustentamos, pois, desde já, que a consistência de um movimento urbano pode ser mensurada, em grande medida, pela eficácia com que ele consegue enfrentar esses dois problemas centrais.



As baixas casas em banda duma ex-colônia de trabalhadores formam a *Ocupação Poeta Xynayba* no bairro Tijuca, Rio de Janeiro  
imagem: Nico Baumgarten

No presente texto, tendo em vista os seus objetivos, limitaremos-nos a apresentar os esforços empenhados pela fração do movimento dos sem-teto em destaque para a superação da sua vulnerabilidade econômica, deixando de lado as suas iniciativas para consolidarem uma nova identidade. Veremos como os seus esforços no domínio econômico esbarram em sérios obstáculos, entendendo, no entanto, que o conhecimento destes obstáculos pode nos oferecer algumas chaves para a sua ultrapassagem – não apenas para o movimento dos sem-teto, mas para os movimentos urbanos dos países (semi)periféricos de maneira geral.

Podemos dizer que a luta dos sem-teto contra a extrema vulnerabilidade econômica se dá em diferentes níveis. Em primeiro lugar, com as ocupações os sem-teto reduzem os seus custos de vida, tanto por deixarem de pagar aluguel, quanto por gastarem menos com transporte. Além disso, eles procuram aumentar a própria renda, em geral, como já dissemos, pela maior acessibilidade proporcionada pelo Centro da cidade. Por fim, e em menor medida, se esforçam para criar novas relações de trabalho com base no cooperativismo, o que lhes permitiria aumentar a sua renda, trazer maior segurança econômica e benefícios

diretos às ocupações e, por fim, libertá-los das relações de exploração capitalistas. No entanto, esse terceiro «nível» de luta econômica mostra claros sinais de fragilidade. Embora duas cooperativas tenham sido organizadas até hoje (uma cooperativa de sandálias e outra de refeições para eventos), nenhuma delas conseguiu se manter de pé, o que se deve a diversas razões, mas podemos destacar: 1) a falta de recursos financeiros e de tempo livre para a organização – carência derivada da sua atual situação de vulnerabilidade econômica; 2) a persistência da cultura capitalista dentro das ocupações, dificultando imensamente o esforço coletivo que se demanda para superar os obstáculos econômicos.

Acreditamos que tal fragilidade está diretamente associada à especificidade do espaço urbano, e, conseqüentemente, dos territórios apropriados e construídos pelos seus movimentos sociais. Em contraste com o solo urbano, o solo rural – a terra – possui um papel quase totalizante para os grupos sociais que nele vivem. Ele é, a um só tempo, meio de produção e referência identitária. A reconquista do território no meio rural implica, quase que em um só golpe, a preservação dos laços identitários de seus grupos e o acesso aos meios de produção. Por fim, podemos acrescentar ainda que esses territórios localizados no meio rural são muito menos «porosos» à influência capitalista do que os territórios dos movimentos sociais urbanos, em certa medida isolando e preservando os seus valores e relações comunitários<sup>6</sup>.

A conquista do território no meio urbano, por sua vez, não apenas não assegura o acesso aos meios de produção, como também deixa mais vulneráveis ao «exterior» as relações e valores da comunidade que controla esse território. Retomando a experiência dos sem-teto, os seus moradores, em geral, trabalham fora das ocupações e sob o jugo das relações capitalistas; são bombardeados pelos signos capitalistas, racistas e sexistas que a cidade difunde o tempo todo e em toda a parte; suas crianças estudam em escolas fora das ocupações e recebem uma pedagogia autoritária, e, ainda por cima, em grande parte do seu tempo, estabelecem suas relações também fora das ocupações. No Rio de Janeiro, por exemplo, a influência perniciosa do tráfico de drogas é sempre uma ameaça à integridade das ocupações, seja pelo espectro da autoridade dos chefes do tráfico que paira ainda sobre os seus moradores (não raro, alguns deles insistem em querer resolver as suas querelas recorrendo ao veredito dos traficantes...), seja ainda pela cooptação das crianças e dos jovens para os negócios e a cultura do crime.

Mas as dificuldades impostas pelas especificidades do espaço urbano não devem representar, para os lutadores sociais, obstáculos intransponíveis. Afinal, as próprias condições do capitalismo em sua vinculação com o fenômeno urbano e com o seu opositor, os movimentos sociais, não podem ser compreendidas sem levar em conta as suas contradições. Aquelas características que, hoje, representam sérios desafios à consolidação e massificação dos movimentos urbanos podem ser convertidas em seu grande trunfo. Façamos um breve exercício mental:

A maior «porosidade» dos territórios nas cidades, responsável pela vulnerabilização dos valores e da identidade das comunidades que o controlam, pode vir a ser um fator de catalização na difusão dos valores alternativos ali praticados, desde que tenham sido aprofundados e desenvolvidos consistentemente. Uma vez superado o estado de extrema vulnerabilidade econômica, por conta, por exemplo, de experiências cooperativistas bem sucedidas, as chances dessas experiências resistirem e se expandirem podem ser ainda maiores do que no espaço rural, dada a situação de relativo isolamento deste último. Não é difícil imaginar que a maior acessibilidade e a própria concentração nas cidades, proporcionadas pela acumulação capitalista, sejam usadas, de maneira subversiva, para o costuramento de redes de solidariedade. Igualmente, a maior visibilidade dos territórios dos movimentos sociais no espaço urbano pode proporcionar mais segurança, uma vez que os abusos cometidos pelo aparelho repressor do Estado e dos capitalistas têm chance de serem denunciados e receberem apoio em uma velocidade muito maior do que no campo. No mais, por disputarem os espaços centrais da acumulação capitalista, os movimentos urbanos têm ainda maiores possibilidades de introduzirem entraves diretos à sua dinâmica. Evidentemente, tudo isso repousa no plano dedutivo, das possibilidades, uma vez que a sua constatação só se pode dar, por definição, na prática.

### **Da cooperação e solidariedade locais dos ativismos a um novo internacionalismo com base na solidariedade e na cooperação**

Com base no que foi dito até aqui, podemos retomar a pergunta esboçada no título deste capítulo: qual o papel do cooperativismo e da solidariedade no desenvolvimento dos movimentos sociais urbanos? Ora,

esta resposta os próprios movimentos urbanos já têm dado. No caso do movimento dos sem-teto, a solidariedade entre as ocupações, e, em certa medida, das ocupações para com a população social e economicamente mais vulnerável do seu entorno, sempre existiu. O cooperativismo – entendido enquanto um modelo organizativo em que a concorrência dá lugar a cooperação, em que a hierarquia é substituída pela horizontalidade da autogestão e em que o princípio da maximização do bem estar, dos seus membros e da comunidade circundante, se impõe sobre o princípio individualista da maximização dos lucros – tem sido considerado um caminho fundamental, não apenas para superar a sua vulnerabilidade econômica, mas como um modelo de organização econômica justa que possa servir como um substituto ao modelo capitalista. No entanto, por se encontrarem em uma condição na qual não contam com meios para alavancar as suas cooperativas, os sem-teto vêm-se obrigados a vender a sua força de trabalho, de maneira formal ou informal, em relações de extrema exploração, em geral física e mentalmente degradantes, e com um grau de competitividade e violência exacerbadas. A exposição a estas relações acabam por sabotar muitos dos seus esforços para se livrarem delas, como no caso das cooperativas.

Diante destas dificuldades, os sem-teto do Centro do Rio de Janeiro têm se esforçado, mais recentemente, por ampliar a solidariedade com outros ativismos na cidade, organizando-se, a partir de 2009, em uma rede batizada de “Reunindo Retalhos”, em que buscam entender juntos a origem dos seus problemas e as possibilidades de superação. No âmbito do Reunindo Retalhos, há um grupo de trabalho sobre economia solidária, no qual experiências bem sucedidas são apresentadas e discutidas entre os participantes. Podemos imaginar, no entanto, que a solidariedade e a cooperação poderiam (e deveriam!) estender-se para muito além das tentativas de costuramento de retalhos dos ativismos urbanos, atraindo também os retalhos da sociedade civil de maneira mais ampliada. Em primeiro lugar, porque este alargamento da solidariedade não apenas proporcionaria o apoio necessário para alavancar experiências cooperativistas no plano produtivo, como poderia fomentar cadeias de consumo, criando um ciclo virtuoso. Em seguida, porque a aposta nas experiências alternativas daqueles que se encontram no elo mais vulnerável do sistema capitalista não deve ser entendida como uma mera ajuda (um ato filantrópico), e a cooperação não pode se limitar a contribuições ou a algo com um consumo justo.

Afinal, tendo em vista o caráter crescentemente excludente do sistema capitalista, que amplia a precarização econômica a estratos sociais antes tidos como himunes, as soluções econômicas alternativas, como o cooperativismo, precisam deixar de serem vistas como artigos “exóticos”, úteis apenas para os pobres do “terceiro mundo”, e devem ser encaradas de frente como soluções para os precários (de hoje ou de um amanhã próximo) dos países centrais. Neste ponto, a solidariedade e a cooperação precisam ser vistos como um caminho de mão-dupla, em que ativistas dos países ditos centrais têm muito o que transferir aos ativistas da assim chamada periferia, mas também têm muito o que receber deles. A propósito, o internacionalismo da solidariedade e da cooperação pede que noções como centro e periferia sejam deixados de lado, não apenas em decorrência da constatação objetiva dos vestígios de periferização do centro do sistema, mas por uma opção programática de superação da divisão internacional do trabalho, tanto material quanto intelectual. Deste modo, a cooperação e a solidariedade para com os projetos dos outros devem ser substituídos por um trabalho em conjunto de um projeto nosso, tendo em vista estarmos todos implicados nas mazelas produzidas pelo sistema e na esperança de construção de um outro.

---

## Notas

- 1 Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, atualmente é mestrando em Ciência Política pela Université Paris 8. Colabora, desde 2005, com as ocupações do movimento dos sem-teto mencionadas no presente capítulo.
- 2 Para Harvey, a atual grande crise capitalista é uma crise fundamentalmente urbana, tendo em vista a sua origem atrelada à especulação sobre as hipotecas imobiliárias da classe trabalhadora americana, demonstrando, assim, a centralidade do urbano na acumulação capitalista.
- 3 Os autores mostram como o surgimento da maior organização do movimento dos sem-teto no Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), foi fruto de um projeto do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), o qual entendeu a necessidade do desenvolvimento das lutas urbanas para a realização da reforma agrária.
- 4 Segundo as estimativas da Fundação João Pinheiro, o déficit habitacional brasileiro monta a 6, 273 milhões de domicílios em 2007, utilizando uma metodologia de cálculo conservadora. Em contraste, o Censo Demográfico do IBGE aponta, para o ano de 2000, a existência de 4,6 milhões de domicílios vagos.
- 5 É importante acrescentar que algumas das principais razões para a perda dessas referências identitárias para a organização política são devidas também ao próprio processo de cooptação estrutural vivido pelas instituições tradicionais do movimento operário e dos ativismos de bairro.

- 6 É evidente que processos como a «urbanização do campo» tornam as coisas muito mais complexas. Mesmo assim, embora a cultura no campo e na cidade tendam a se aproximar, a diferente exposição aos valores culturais preponderantes do capitalismo nos dois meios representa, ainda, uma importante diferença qualitativa.

## Bibliografia

- CASSAB, C. (2004): Mudanças e permanências: novos desafios aos movimentos urbanos. Uma aproximação ao Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) (dissertação de mestrado submetida ao Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional-IPPUR/UFRJ).
- HARVEY, D. (2008): The Right to The City. In: New Left Review, n. 53, sept. octob. Disponível na Internet em <http://www.newleftreview.org/?view=2740>.
- SOUZA, M. L. De (2006): A prisão e a ágora: Reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- \_\_\_\_ (2008): Fobópole: O medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

O documentário JUSTA CAUSA sobre o movimento dos sem-teto do Rio de Janeiro foi filmado por eles mesmos.

O filme pode ser comprado através do site [www.orangotango.info](http://www.orangotango.info)

